

ELEIÇÕES

*** Roberto Rodrigues**

No IX Congresso da ABAG, realizado em 9 de agosto passado, aconteceu um fato que está ficando desagradavelmente repetitivo: os 3 principais candidatos à Presidência da República haviam recebido antecipadamente um significativo documento aprovado pelas entidades participantes do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP, contendo um verdadeiro Plano de Governo para o agro brasileiro, composto por 6 pilares: renda para o produtor rural, política de comércio, infraestrutura e logística, tecnologia, defesa sanitária e institucionalidade; todos alicerçados no tema central do século XXI, que é a busca de uma economia de baixo carbono, visando a mitigação do aquecimento global. O Plano foi encaminhado aos candidatos juntamente com uma pergunta referente a cada pilar: as respostas, gravadas em vídeo e apresentadas no evento, mostrariam qual dos 3 estaria mais comprometido com as grandes prioridades do setor rural. Pois bem: o que aconteceu, mais uma vez, foi um conjunto de posições genéricas, todos de acordo com as tais prioridades, mas sem compromisso firme, sem a clara determinação de “vou fazer”.

Os analistas políticos estão atribuindo estas evasivas declarações ao “treinamento” que os candidatos recebem dos marqueteiros. Há até aqueles que afirmam serem os candidatos um belo “pacote” preparado pelos comunicadores: o eleitor acaba não sabendo o real conteúdo de cada “embrulho”.

Para o setor rural este cenário é pior do que para outros, uma vez que o conhecimento dos candidatos sobre o agro não é profundo. E, nestas condições, sem compromissos efetivos, o setor votará no escuro, dando uma procuração em branco ao futuro Presidente.

Felizmente temos uma boa maneira de reduzir este problema, votando certo para o Senado e Câmara dos Deputados.

Mas também aqui é preciso estar atento.

Temos uma Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA – bastante atuante no Congresso Nacional. De acordo com o relatório das atividades do biênio 2009/10, sob a liderança do excelente Deputado catarinense Valdir Colatto, a Frente analisou e acompanhou 816 proposições legislativas. A curiosidade a respeito deste número é que 217 (ou 27% do total) proposições versavam sobre “Meio Ambiente”. E nem sempre exatamente favoráveis aos produtores rurais. Por outro lado, o tema crucial da “Sanidade” só teve 6 documentos, bem como o de “Insumos”, e o super necessário “Comércio Exterior” teve apenas 8 análises (todos com menos de 1%). Ou seja, a sintonia não é tão fina.

A Frente é composta por 235 deputados federais e 33 senadores. São 268 membros, uma das maiores bancadas do parlamento.

Mas, pergunta chata de fazer e de responder: Qual é o verdadeiro compromisso de todos estes parlamentares com o setor rural?

Tivemos o cuidado de estudar os 26 parlamentares paulistas participantes da Frente. E, surpreendentemente, apenas 3 deles são reais

defensores dos interesses legítimos dos produtores rurais. Os outros 22 são apenas figurantes e não se envolvem nas grandes discussões relevantes para o campo: ficam em cima do muro. Se a bancada for vitoriosa, faturam junto. Se perder, não se comprometem...

Não é possível continuar assim. É preciso eleger aqueles que efetivamente lutam ao nosso lado. Procuramos o novo presidente da Frente, o ótimo Deputado de Rondônia, Moreira Mendes, e ficamos sabendo de suas preocupações – e a de seus leais companheiros – com este tema. E ele nos passou a informação de que apenas 21 destes parlamentares são de fato extraordinários combatentes que jamais esmorecem, jamais fraquejam, jamais transigem quando se trata dos direitos legítimos dos produtores rurais do país.

É bem verdade que também existem parlamentares que estão em outras comissões e frentes, e defendem o agro sem participar da FPA.

Em São Paulo pelo menos mais 3, além dos já referidos, são notáveis, o que também ocorre em outros Estados.

Mas é chegada a hora de refinar este processo de escolha. O COSAG da FIESP está remetendo a todos os presidentes de partidos políticos de São Paulo uma carta contendo 2 documentos: o Plano de governo já enviado aos presidenciáveis e uma carta resposta. Nesta, o candidato que se comprometer formalmente com o Plano põe sua assinatura e a devolve ao COSAG, anexando o seu currículo vitae. Aquele candidato, cuja história contenha nítidas ações em defesa do campo, será apoiado formalmente pelas entidades e empresas formadoras do Conselho.

Com isso, teremos como cobrar a atuação do eleito, visto que seu compromisso terá sido assinado antes da eleição.

É hora da verdade: vamos eleger quem esteja do nosso lado de fato.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**